

# PLURIATIVIDADE: UMA NOÇÃO APLICÁVEL EM PESCADORES ARTESANAIS?

Décio Souza Cotrim\*  
Lovois de Andrade Miguel\*\*

## Resumo

O presente esforço é uma revisão de alguns trabalhos que tratam sobre pluriatividade com o objetivo de qualificar o entendimento sobre o tema e levantar questões no sentido desta noção poder ser utilizada para o estudo de “pescadores artesanais”<sup>1</sup>. Dentre os autores que trataram sobre o tema se optaram por trabalhar com Kaul Kautsky devido esse tratar a questão agrária, dentro da teoria marxista, e o tema dos trabalhos acessórios, nos dando pistas sobre a pluriatividade; Alexander Chayanov, por esse autor estudar a microeconômica e a lógica de funcionamento da unidade camponesa familiar; e, Sérgio Schneider, um autor neomarxista, que produziu estudos recentes sobre pluriatividade no Sul do Brasil. O artigo se propõe a levantar as idéias principais dos autores sobre a noção de pluriatividade, fazer uma discussão sobre o tema, e propor questões em relação a pluriatividade em estudos de comunidades de pesqueiras.

**Palavras-chaves:** pluriatividade, pescadores artesanais

## O QUE É PLURIATIVIDADE?

Não existe um conceito de pluriatividade, pois ela é um fenômeno muito amplo e que existe em ambientes diversos, o que impede uma generalização em forma de um “conceito”. Desta maneira buscou-se entender o tema a partir de uma noção do que seja pluriatividade.

Neste enfoque, para Fuller (1990), a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, em que se empreendem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora

---

\* Engenheiro Agrônomo, Especialista em Desenvolvimento Rural, Mestrando em Desenvolvimento Rural PGDR/UFRGS. Endereço: Rua 17 de junho 942/804 Porto Alegre RS, CEP 90110-170, e-mail ([decocotrim@yahoo.com.br](mailto:decocotrim@yahoo.com.br)).

\*\* Doutor em Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola INA-PG, França. Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programas de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural PGDR/UFRGS. ([lovois@ufrgs.br](mailto:lovois@ufrgs.br))

<sup>1</sup> Entende-se o grupo dos “pescadores artesanais” como sendo uma forma social familiar de trabalho, onde “pescador” é definido por exercer como atividade econômica o extrativismo nos diversos corpos de água (mar, estuário, doce), tendo na pesca a forma de acesso à produção de mercadorias; e, “artesanal ” como sendo realizado por um grupo social familiar, com relações de parentesco, onde o grupo é de trabalho e de consumo e onde se busca a reprodução social.

do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos, como os rendimentos, rendas em espécie e transferências.

Conforme apresenta Carneiro (1996), a pluriatividade é composta de atividade complementar ou suplementar à produção agrícola exercida por um ou vários membros de um grupo familiar dentro ou fora da unidade de produção.

Segundo Schneider (2003), o fenômeno da pluriatividade se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre os indivíduos e as famílias e o contexto social e econômico em que estão inseridas.

## **EVOLUÇÃO DA NOÇÃO DE PLURIATIVIADE**

O campesinato possui em sua formação a característica de realizar atividades não-agrícolas dentro da unidade de produção. De maneira inicial isso era realizado para suprir uma demanda de produtos que não existia oferta fora, como por exemplo, construção de móveis e casas, e posteriormente como complemento do uso do tempo ocioso entre as fases agrícolas. Estas ações até a década de 70 eram chamadas, na ciência social, como *part-time farming* ou *pluriactivé*.

A noção de *part-time* dava a idéia que o agricultor trabalhava parte do tempo fora da propriedade, mas não necessariamente, que ele se tornava um agricultor ineficiente em relação à produção agrícola. Desta forma, a produção agrícola era sempre central, e as outras atividades eram complementares. Nesta noção existia também a separação da pessoa produtora, da produção em si, eram classes separadas. Sintetizando, a única diferença entre trabalhador *full-time* -verdadeiro agricultor- e *part-time* na agricultura era o tempo dedicado à propriedade, mas em relação à produção nada mudava (FULLER, 1990).

Kageyama (1998), trata que o termo *part-time* refere-se as pessoas que trabalham apenas uma fração do tempo do trabalho anual empregada na agricultura. Saliencia que a unidade de análise deixa de ser o produtor e passa a ser a família, pois esta é a instância no âmbito da qual é tomada a decisão de praticar agricultura, no todo ou em parte do tempo, uma

vez que essa decisão depende do conjunto dos recursos disponíveis e de escolhas e necessidades do grupo familiar.

No ponto em que as análises deixam de ser feitas via o indivíduo e passam para a família, Carneiro (1996) avalia que é necessário pensar o “negócio familiar” e as atividades que compõem a renda familiar. É uma decisão familiar se alguns membros trabalharão dentro ou fora da propriedade.

Os estudos sobre o tema de *part-time* demonstraram um limite analítico devido à confusão que ocorria entre a ocupação produtiva e a função produtiva da propriedade. Fuller (1984), propõe que se passe a usar o termo *Multiple Holding Job* (MHJ), constituído das premissas de que o foco da análise deva ser a família e não o agricultor; que o MHJ é variável pela região geográfica, economia e pelas culturas; e o MHJ deve ser analisado dentro da propriedade acima do tempo.

Neste enfoque é desenvolvida uma investigação acadêmica dentro do *Arkleton Trust Project* que foi um esforço, na comunidade europeia, de análise em profundidade das unidades familiares rurais que combinavam agricultura com outras atividades.

*“Essa pesquisa representou, inegavelmente, um marco no estudo da pluriatividade, pois a partir dela passou-se a utilizar a unidade doméstica como unidade de análise e não mais o chefe da propriedade ou o tempo de trabalho gasto em atividades não agrícolas” (SCHNEIDER, 2000. p 78).*

O processo de afirmação do tema na academia culminou com a adoção da noção de “pluriatividade”. Ela incorpora características do *part-time* quando fala de que os membros da família não usam todo seu tempo na agricultura, e do *MHJ* quando pensa nas múltiplas fontes de rendimentos da propriedade.

## **CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS**

Contribuições de Karl Kautsk para o debate da Pluriatividade. “A indústria rural caseira”.

Kautsky (1986), em seus trabalhos discute a evolução da agricultura em uma sociedade capitalista, partindo das unidades agrícolas existentes na época do feudalismo. Este trabalho foi marcante na formulação do pensamento dos marxistas em relação ao tema agrário. Desta

forma, Kautsky por ser um marxista, escreve em uma visão macroeconômica na tentativa de explicar o funcionamento da sociedade capitalista.

Na visão dos marxistas os camponeses agrupam características de duas classes sociais, proletário e burguês, pois possuem os meios de produção (terra) e auto-exploram sua força de trabalho. Nesta condição o camponês é um grupo que tende a desaparecer, ou se tornarem burgueses - principalmente através do progresso técnico- ou se tornarão proletários vendendo sua força de trabalho para a reprodução social (ABRAMOWAY, 1988).

Uma premissa no pensamento de Kautsky (1986) é de que a evolução da indústria moderna conduz necessariamente ao socialismo. Desta forma, o dinamismo ocorre na indústria e a agricultura segue essa tendência. O autor analisa as tendências que atuam na agricultura moderna e lhe determinam as leis. Essas leis demonstram que a agricultura não se desenvolve como cópia fiel da indústria, pois ela possui características próprias, mas isso não significa que o desenvolvimento da agricultura se opõe ao da indústria, a agricultura e indústria fazem parte de um processo conjunto.

Tratando da relação entre o camponês e a indústria o autor classifica a unidade de produção camponesa como uma cooperativa quase auto-suficiente, ao qual o desenvolvimento da indústria consegue modificar esse caráter. Esse processo inicia quando o camponês busca o mercado para venda de seu excedente, mas, em contrapartida, ele encontra neste mercado produtos ofertados, pela indústria, que não são possíveis de serem fabricados dentro da unidade de produção. A demanda interna por esses produtos industrializados coloca em perigo o equilíbrio que existia dentro da unidade de produção. Com o avanço do processo, ocorre o aumento da demanda por dinheiro, por parte do camponês, desta forma, o modo capitalista de produção passa a determinar as condições de vida da população rural.

Outra lei analisada pelo autor é da superioridade técnica do grande estabelecimento. Para o autor, quanto mais a agricultura esta próxima dos padrões capitalistas, maior a diferença qualitativa das técnicas empregadas entre os grandes e os pequenos estabelecimentos. Os grandes estabelecimentos são capazes de poupar energia (animal e humana), tirar vantagem da divisão social do trabalho e especialmente da especialização. Kautsky (1986) salienta que os pequenos empreendimentos têm como quase única vantagem à possibilidade de ter um maior cuidado na ação diária, mas considerava essa vantagem como pouco significativa, apesar de ser importante no debate de trabalhos complementares à unidade camponesa.

No ponto mais importante para o debate da pluriatividade, o autor analisa a proletarização do camponês. O processo de proletarização ocorre quando o pequeno camponês procura um emprego adicional para reforçar seu orçamento doméstico, no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para sua subsistência, mas nenhum excedente negociável.

Assim, ele passa a se apresentar ao mercado da mesma forma que o proletário, vendendo a sua força de trabalho. Essa sua atividade secundária passa a crescer enquanto a própria lavoura de sustentação vai para um segundo plano. Uma outra possibilidade citada é de trabalhar na indústria caseira, como uma renda complementar.

Segundo Kautsky, a indústria rural caseira é uma característica feudal que se mantém de quando o camponês produzia toda a necessidade da família internamente na unidade. A especialização da agricultura pelo camponês ocorreu por imposição do capitalismo, porém algumas habilidades artesanais sobraram entre os agricultores. A indústria rural tem lógica no aproveitamento da sobra da mão de obra familiar, no uso de alguma matéria prima abundante, ou em zonas pobres, onde não existiam grandes empreendimentos.

*“Nesse sentido, não podendo mais contar com o trabalho agrícola assalariado, o pequeno lavrador ainda pode contar com a possibilidade de trabalhar na indústria caseira. As raízes desta remontam a época do feudalismo” (1986. p 158).*

A indústria rural caseira era uma característica que indicava uma possível face pluriativa que os camponeses, descritos por Kautsky, apresentavam na estruturação de sua forma de vida. Porém, como para o autor a indústria é o setor dinâmico, e a agricultura é subsidiária, ele aponta como possibilidade futura da indústria caseira nas propriedades camponesas se essa atividade estiver assessoria e complementar aos grandes empreendimentos. Mesmo aceitando a possibilidade de sobrevivência desta indústria rural, Kautsky no cerne de sua discussão teórica deixa muito claro que existe uma tendência forte ao desaparecimento desta forma de organização familiar.

Contribuições de Alexander Chayanov para o debate da Pluriatividade - “As atividades não-agrícolas”.

Chayanov foi um agrônomo russo estudioso da questão da economia agrária e principal expoente da chamada “Escola da Organização da Produção”. Seus estudos buscaram a compreensão da racionalidade e da lógica camponesa (RIBEIRO, 2005).

Chayanov em sua linha de trabalho microeconômico polarizou um debate com os marxistas em relação ao futuro do campesinato. Para autores como Lênin (1986) os camponeses estavam fadados ao seu final como categoria, pois agrupavam características de duas classes sociais - proletário e burguês, e em especial, a questão nefasta da posse privada da terra, que era um fator que teria que ser sanado através da coletivização dos meios de produção. Para Chayanov (1974), a unidade econômica familiar camponesa (UEC) possuía elementos próprios do comportamento familiar, bem como uma racionalidade que a excluía da análise marxista.

Na teoria de Chayanov (1974), a família ocupa um papel central, visto que, a tomada de decisão de como alocar os meios de produção (terra, mão de obra, investimentos) passa por sua análise. A renda da família é única e indivisível, sendo que a gestão é feita pela família. Esta tomada de decisão e a característica da gestão dos rendimentos ocorrem a partir de uma racionalidade própria do campesinato, que incorpora três grandes eixos: A questão do ciclo demográfico da família, um mecanismo interno de equilíbrio familiar, e a questão da unidade doméstica ser unidade de produção e consumo.

Segundo Chayanov (1974), a capacidade de trabalho das famílias camponesas varia de acordo com um ciclo de vida da família, o que ele define como "diferenciação demográfica".

O processo de diferenciação demográfica depende do crescimento biológico da família. Tendo como base a lógica que a necessidade de produzir mais ou menos é o número de pessoas consumidoras na família, o autor sugere que a questão do crescimento familiar é chave. Ou seja, ocorrendo o aumento do número de consumidores em relação ao número de trabalhadores, filhos jovens por exemplo, aumenta o grau de uso dos meios de produção da unidade. De outra forma, os filhos à medida que vão crescendo em idade, passam a contribuir com o trabalho, diminuindo a relação consumidores/trabalhadores e conseqüentemente o grau de uso dos meios de produção.

Chayanov (1974) propõem que a partir do vigésimo ano de constituição da família existe um ponto máximo de uso dos meios de produção dentro da família, pois os filhos ampliam a força de trabalho e os pais estão em plena atividade. A partir daí, inicia-se a quebra da família em novas famílias, o que reinicia o ciclo. Neste ponto há um decréscimo na capacidade produtiva devido à idade mais avançada dos pais e a saída dos filhos.

A constatação do ciclo demográfico nas famílias camponesas permite explicar as diferenças existentes entre as unidades de produção. Esse processo explica porque existe uma heterogeneidade grande entre as UEC. Este argumento contrapõe a posição dos marxistas, pois para eles existe diferenciação entre as famílias camponesas devido a incorporação do progresso técnico, o que leva a alguns camponeses se tornarem burgueses e outros no caminho da proletarianização.

Outro eixo da teoria de Chayanov (1974) é questão do grau de auto-exploração da mão-de-obra. O volume das atividades da família camponesa é determinado pela quantidade de consumidores da unidade econômica e não a partir dos trabalhadores disponíveis. Desta forma, se trabalhará até o suprimento das demandas da família. Esta auto-exploração tem limite, sendo determinado pelo atendimento do equilíbrio da demanda familiar, ou seja, o esforço realizado até a obtenção dos produtos necessários para a sobrevivência da família é considerado auto-exploração da mão-de-obra.

Atingido o ponto de equilíbrio interno, existe uma reavaliação da família da real necessidade e da vontade de continuar aquele trabalho, o que Chayanov chamou de grau de penosidade do trabalho. Isto permite compreender porque as famílias não empreendem mais esforços no trabalho (aumento da penosidade) buscando o lucro, mas estabelecem limites a seu esforço interno. A lógica das famílias camponesas não é norteadada pela obtenção do lucro, mas sim pelo suprimento das demandas internas da unidade.

Outra característica observada por Chayanov (1974), é que a UEC é ao mesmo tempo unidade de produção e unidade de consumo. O autor afirma que a atividade humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo, sendo que o que determina a intensidade da atividade é o balanço entre a necessidade de consumo da família, e a relação de produção necessária para este atendimento.

Desta forma, as unidades camponesas se diferenciam de uma firma, pois não buscam o lucro, mas sim a satisfação do consumo interno da unidade. Isto determina, portanto, a forma

como a família toma a decisão no que se refere ao grau de esforço, quantidade de trabalho e de recursos que serão destinados à produção, visando a sua manutenção e a sua reprodução social.

Na teoria que Chayanov criou é possível compreender que as famílias camponesas possuem uma estratégia para conseguirem a reprodução social. Desta forma, se aumentar a demanda familiar naturalmente aumenta-se a força de trabalho, na busca de maiores rendimentos. Porém se isso não for possível existe a opção da busca de atividades não-agrícolas.

*“Deste modo, em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando sobram braços para trabalhar, ela tende a buscar em atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não-agrícolas uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo” (SCHNEIDER, 2003. p 107).*

A questão da diferenciação demográfica também é importante na opção da família na busca de atividades não agrícolas. Nas fases familiares em que os filhos são pequenos, ou quando os pais são mais idosos, as demandas internas são mais baixas e a busca de atividade não agrícola, conseqüentemente, é reduzida, porém, na fase da divisão da família em outras famílias a busca pode ser ampliada.

Chayanov (1974), aponta condicionantes para que as UEC busquem a estratégia de atividades não-agrícolas na lógica da reprodução social. A primeira refere-se a uma necessidade de uma irregularidade na distribuição do tempo necessário na agricultura, isto é, sobra de tempo de membros da família em épocas do ano de menor demanda agrícola. A segunda é um comparativo entre o que está mais favorável, o mercado externo (atividade não-agrícola) ou o valor dos produtos agrícolas.

Apesar da renda não-agrícola ser obtida fora da unidade de produção por um dos membros da família ela é somada aos rendimentos familiares, visto que a renda familiar é única e indivisível na UEC.

Contribuições de Sérgio Schneider para o debate da Pluriatividade.

O autor possui uma ampla quantidade de material escrito sobre o tema da Agricultura Familiar e pluriatividade, porém buscaremos focar nos temas mais centrais que acreditamos importantes para esta revisão teórica.

Schneider (2003) busca em seus estudos formular as melhores possibilidades analíticas e conceituais para se estudar pluriatividade na Agricultura Familiar. Qualifica a noção de Agricultura Familiar, e propõe a família como unidade de análise para pluriatividade.

O autor apresenta elementos que auxiliam na elaboração de uma definição mais abrangente acerca da Agricultura Familiar, como sendo uma forma familiar de organizar o trabalho e a produção na atividade agrícola. Define que a forma de uso do trabalho é predominantemente da força de trabalho dos membros da família. Lembra que existem obstáculos oferecidos pela natureza que caracterizam e diferenciam a agricultura da atividade industrial, continuando a limitação do desenvolvimento de economias de escala na agricultura e impedindo a total submissão aos processos produtivos de interesse do capital. Schneider avalia que se deva levar em consideração as formas de articulação da agricultura familiar com o ambiente social e econômico em que estiver inserida, e não somente na relação com o mercado.

O autor reconhece que a reprodução social não depende simplesmente de atitude individual ou coletiva da família, pois *“a reprodução social é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membro com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos”* (SCHNEIDER, 2003. p 95).

O autor entende que a pluriatividade é um fenômeno tanto decorrente de processos sociais e econômicos, externos às unidades familiares, como da ação e reação direta dos agricultores familiares, que participam de forma efetiva para sua afirmação. Por isso entende que é preciso estudar a pluriatividade a partir do modo com é exercida pelos próprios agricultores.

Segundo Schneider, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo, uma vez que ela se tornou uma das estratégias de sobrevivência da Agricultura Familiar.

Propõe-se que como unidade de análise da pluriatividade se deva separar a família rural em unidade doméstica e unidade de produção, levando em consideração não só a alocação de força de trabalho, mas também os aspectos de gênero e hierarquia familiar, assim como as variáveis demográficas e simbólicas. O foco do estudo sobre a pluriatividade deve ser a família rural, e não as atividades não-agrícolas exercidas por alguns de seus membros. “...

*Portanto, a unidade que servirá de referência metodológica, e que deverá se constituir em locus privilegiado da observação sociológica será a família rural e não as atividades não-agrícolas exercidas por alguns de seus membros” (SCHNEIDER, 2003. p 115).*

A agricultura produtivista tem como lógica que cada estabelecimento rural possui uma família, e que esta possui uma forma de renda, notadamente renda agrícola. A noção de pluriatividade quebra essa lógica, pois apresenta a possibilidade das famílias possuírem múltiplas fontes de renda na sua estratégia de reprodução social.

Em uma agricultura pluriativa a unidade de produção familiar tem na família, unidade doméstica, os laços de parentesco, mas também o local de residência e de consumo dos seus membros. Na unidade de produção estão localizadas as atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas que podem ser realizadas dentro ou fora da unidade. O grau de atividade agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção, de mais ou menos membros da família, é que gera as alterações nos modos de vida e nas estratégias de reprodução social dos indivíduos e famílias.

*“... Ou seja, quando se propõe estudar as formas familiares de organização do trabalho e da produção não se está imaginando que elas estejam restritas ao setor agrícola e ao espaço rural, pois existem várias outras atividades em que se pode observar essa configuração. O mesmo pode ser afirmado em relação a pluriatividade, que se apresenta como um fenômeno social relativamente novo e desconhecido no espaço rural, embora suas características há muito estejam presentes nas diversas formas de trabalho exercido no âmbito urbano-industrial, pois, em essência, trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que pertencem a uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003. p 117).*

O autor propõe cinco tipos de pluriatividade na intenção de ampliar as possibilidades de entendimento da noção (SCHNEIDER, 2006).

A primeira chamada de *Pluriatividade Intersetorial*, sendo decorrente da articulação do setor agrícola e não-agrícola com a indústria comércio e serviço, sendo o fruto das transformações pós-fordistas sobre o mercado de trabalho gerando novas relações. Um exemplo deste tipo é encontrado na serra gaúcha onde agricultores pluriativos trabalham parte do seu tempo na propriedade rural, e têm uma segunda jornada em indústrias, é comum, nessa região, que os jovens e as mulheres da família trabalhem nas indústrias e os homens fiquem na propriedade exercendo atividades agrícolas.

Um segundo tipo é chamada de *Pluriatividade de Base Agrária*, e ocorre dentro do setor agrícola, sendo decorrente da terceirização de fases do processo de produção. São exemplos à terceirização do transporte de produtos agrícola ou outras prestações de serviços dentro da agropecuária.

O terceiro tipo de pluriatividade é chamado de *Para-Agrícola*, sendo decorrente do beneficiamento ou transformação de produtos vegetais, animais ou bebidas com o objetivo de venda. São bons exemplos às agroindústrias familiares de pequeno porte, que são uma evolução das agroindustrializações voltadas ao autoconsumo, para as destinadas ao mercado.

O quarto tipo de pluriatividade é chamado de *Trabalho Informal*, e trata-se da venda de mão de obra em trabalhos temporários ou esporádicos. Existem traços de informalidade e precariedade nesta relação, porém este trabalho temporário é comum no meio rural.

O quinto e último tipo de pluriatividade proposta é a *Tradicional ou Camponesa*, sendo formada pelas antigas atividades que sempre existiram dentro da propriedade camponesa, em uma tentativa de ter-se baixa dependência externa. Essas não visam inserções mercantis, sendo bons exemplos à produção artesanal de balaios, cesto e arreios para animais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os três autores estudados apresentam construções teóricas que possibilitam o entendimento de como a noção de pluriatividade pode ser aplicada ao rural, em especial à agricultura familiar, mas também a outras formas familiares de produção como os pescadores artesanais.

Quando se analisa o trabalho de Kautsky percebe-se a preocupação marxista com a explicação geral de funcionamento da sociedade, em uma visão macroeconômica, porém este autor, dentro de sua escola, realizou um esforço no sentido do entendimento do papel das unidades familiares de produção dentro desta estrutura, e constituíram os primeiros vislumbres de que estes camponeses combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da propriedade.

Os marxistas não aceitam que formas pré-capitalistas possam viver e se reproduzir dentro de um sistema capitalista. Desta forma, o entendimento dos camponeses sempre é parcial e transitório. Os autores também acreditam que em uma sociedade socialista a

propriedade privada da terra não é desejável sendo considerado os camponeses resquícios de uma sociedade feudalista, pois combinam características de burguês e proletário.

Os autores marxistas valorizam de sobre maneira as classes sociais dos burgueses e dos proletários, ignorando a possibilidade da existência de uma classe camponesa, e os sentenciando, no limite, a sofrerem o processo de proletarização e serem transformados, no futuro, em donos dos meios de produção ou em operários. Essa posição teórica impede a visão do papel social e político dos camponeses.

Dentro desta visão, Kautsk entende as atividades não-agrícolas realizadas pelos camponeses, dentro da propriedade, como sendo uma característica feudal herdada. Ele analisa que estes trabalhos acessórios somente têm possibilidade de persistência se forem atreladas às indústrias, pois é nelas que ocorrem os progressos técnicos. Desta forma, as atividades não-agrícolas dos camponeses são vistas como adendos ou partes da indústria, pois ela é a virtuosa, e somente continuará sendo úteis se ocorrerem à subordinação das unidades familiares para com a indústria. Esta análise possui um forte viés econômico não incorporando outros elementos na análise.

Os estudos de Chayanov foram fundamentais para o entendimento da lógica dos camponeses como forma de vida.

Chayanov trás a luz algumas noções que podem ser facilmente aceitas na análise dos atuais camponeses. Ele diz que a família é o espaço da tomada de decisão dentro da Unidade Econômica familiar Camponesa, tendo ela dupla função, pois é unidade de produção e de também de consumo. Existe um mecanismo interno da família que faz o balanço entre o grau de auto-exploração da mão de obra e a demanda, chamado de penosidade, que é norteadora por uma racionalidade que não é de otimização do lucro.

A renda familiar é única e indivisível. A tomada de decisão de compor rendas agrícolas e não-agrícolas (externas à propriedade) no total de ganhos é da família, porém, os rendimentos obtidos fora da propriedade são incorporados ao caixa único. Esta constatação do autor vislumbra a possibilidade da existência de pluriatividade dentro de uma lógica camponesa de reprodução social.

A análise de Chayanov incorpora elementos sociais, culturais e econômicos em relação a pluriatividade, possibilitando uma visão mais ampla da lógica camponesa em relação ao tema. São apropriados valores próprios da família na composição de sua racionalidade. As

atividades não-agrícolas não são aqui tratadas como acessórias da indústria, mas sim, como parte natural da forma de vida camponesa.

Em estudos no Brasil, como em Schneider, esse procura conjugar, com coerência, as visões macroeconômicas do marxismo com a análise microeconômica chayanoviana.

A discussão teórica da pluriatividade não é desconectada da persistência das formas familiares de produção dentro do capitalismo. A unidade familiar de produção persiste, atualmente, em uma relação relativamente autônoma em relação ao capital, contrariando a lógica dos autores marxistas.

O autor avalia que as unidades familiares não estão isoladas e devem ser entendidas inseridas na sociedade, ampliando a análise de Chayanov. Centrando no tema da pluriatividade, a lógica da reprodução social camponesa passa pela composição de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade, sendo então a pluriatividade uma forma alternativa de sobrevivência.

O autor salienta que a inserção dos camponeses na sociedade englobante influencia a tomada de decisão da família. Desta forma, a pluriatividade é decorrente de processos sociais e econômicos externos a propriedade, pois além da decisão interna de buscar trabalho não-agrícola fora é necessário uma situação externa que ofereça essas opções. A unidade familiar possui relação com a sociedade em um jogo intrincado que leva em conta o bem estar social e o progresso da família. Desta forma, a pluriatividade é mais que o reducionismo que a considera como tempo dedicado a atividades agrícolas e não-agrícolas, ou de que é formada por múltiplas fontes de renda dentro ou fora da propriedade.

## PLURIATIVIDADE E A PESCA ARTESANAL

O primeiro ponto importante neste trabalho é a aproximação entre a categoria dos pescadores artesanais e os camponeses. Nesta tentativa de equiparar as noções um dos primeiros autores que propôs a idéia foi Firth, na qual afirmou que:

[...] para a discussão fora do campo europeu, convém ampliar o sentido do termo camponês, a fim de abarcar outros tipos de pequenos produtores, tais como o pescador ou o artesão rural, que participam do mesmo tipo de organização econômica simples e vida em comunidade. Pode-se argumentar que existe quase tanta diferença entre os sistemas econômicos camponeses pastoris e de cultivo europeus quanto entre um cultivador oriental e seu irmão pescador que pode de fato ser também agricultor durante parte do tempo (FIRTH, 1974, p.102).

As idéias centrais na definição adotada de pescador artesanal são de salientar que a família ocupa um papel central na pesca e essa realiza um exercício de restrição a esta categoria, buscando evitar possíveis dúvidas na sua conceituação e conseqüente caracterização.

Os pescadores artesanais não possuem a propriedade da terra como os camponeses ou agricultores familiares. Eles utilizam, de forma coletiva, o espaço das águas como rios, lagoas e o mar, possuindo um conjunto de regras e de condutas com a coletividade para o seu uso.

Os pescadores são donos de seus meios de produção, pois possuem os equipamentos necessários para pesca, como redes, barcos e motores, bem como, a força de trabalho é dada pela família. Neste aspecto se assemelham as lógicas camponesas de gestão da unidade familiar, sendo também unidades de produção e de consumo.

Nas famílias pesqueiras foram identificadas ações de processamento dos peixes, conservação em congeladores ou sistema de salga e comercialização diretamente ao consumidor.

Foi diagnosticado também que os pescadores na busca da reprodução social combinam atividades pesqueiras e não-pesqueira. Nas fases do ano de boas pescarias, onde o pescado é muito ou o valor por peso é alto, o pescador se dedicam tempo integral a pesca. Porém, quando a fase é de baixa na pescaria ou existem ofertas de trabalho esporádico, os pescadores optam pela atividade de venda da mão de obra como pedreiros, ou prestação de serviços como jardineiro ou limpeza de casas de veraneio na praia.

As famílias também combinam em sua estratégia de vida rendas da pesca e de outras fontes. Durante três meses por ano o pescador é impedido, pela lei, de pescar, para que as espécies de peixe possam se reproduzir, é a época do defeso. A política pública federal do seguro desemprego aporta a essas famílias três salários mínimos neste período, como forma de ressarcimento. Essa política, agregada à aposentadoria especial, que é uma situação idêntica a do agricultor familiar, são rendas fundamentais na lógica de vida de uma família pescadora.

Desta forma, considerando a classificação proposta por Schneider para pluriatividade em agricultores familiares, poderíamos identificar alguns tipos de pluriatividade em famílias pesqueira. Grosso modo, a *pluriatividade de base agrária* é uma noção que aplicável aos pescadores que manufaturam e consertam redes para eles e outros, ou mesmo aqueles que são mecânicos dos motores de popa e barcos. A *pluriatividade para-agrícola* poderia abarcar as famílias pescadoras que possuem pontos de vendas ou pequenas peixarias em suas casas,

processando e vendendo seu produto diretamente ao consumidor. E, a *pluriatividade informal* explicaria os trabalhos temporários de pedreiro ou jardineiro que os pescadores têm em certas épocas do ano.

Uma questão central fica na observação das comunidades pesqueiras. Considerando as diferenças e semelhança dos pescadores artesanais para com os campones, será possível detectar nesta categoria um comportamento pluriativo?

Talvez neste ponto os pescadores artesanais não foram devidamente estudados e debatidos como os agricultores familiares, e as clarezas no entendimento de suas características e formas de vida ainda não estão consolidadas. Existem indícios da hipótese de semelhanças entre estes dois grupos, porém acredita-se que são necessários estudos aprofundados do tema pluriatividade entre famílias pescadoras para um entendimento qualificado desta realidade.

Um primeiro ponto necessário de maior entendimento é em relação a suas formas de representação política. Por um arranjo estatal, quem representa os pescadores artesanais são as colônias de pesca, porém existem conflitos internos nestas entidades em todo país que geram um processo de desqualificação na representação do grupo social. A explicação desta constatação, e a compreensão do processo que levou a esta situação são bons substratos para uma pesquisa.

Um segundo ponto que necessita debate é sobre identidade social. Com certeza a categoria dos agricultores familiares vem amadurecendo esta identidade conseguindo abarcar as várias diferenças entre as diversas formas de vida em todos ambientes. No caso dos pescadores existe um longo processo de estudos para podermos somar dentro de uma mesma categoria, por exemplo, pessoas que pescam no alto mar e os ribeirinhos da Amazônia.

Vários elementos são positivos para o avanço de estudos de pluriatividade em pescadores artesanais. A família pesqueira é uma unidade central para a análise tendo um comportamento próximo ao descrito por Chayanov. Existe um comportamento familiar que faz o balanço entre as demandas da pesca e as oportunidades externas na busca de melhores condições de reprodução social. E, está diagnosticado que a composição da renda total das famílias é composta de múltiplas fontes.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1998. 275 p.

CARNEIRO, M.J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.11, out. 1996.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342 p.

FIRTH, R. **Elementos de organização social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

FULLER, A. M. From part-time Farming to Pluriactivity: a Decade of Change in Rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London , v.. 6, n 4, p. 361-373, 1990.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set. 1998.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

RIBEIRO, C. M. **Campesinato, teoria social e os pecuaristas familiares: ambigüidades existenciais e controvérsias conceituais**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2005.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. São Paulo *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestão de políticas**. Fortaleza: SOBER, 2006.

LENIN, V.I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para grande agroindústria**. 3.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.